

Administrador pode pagar pela invasão ^{DF}

Titulares de administrações regionais do DF correm o risco de ter que recolher até R\$ 5 mil por dia ao Ministério Público

Cristina Ávila
Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

O Ministério Público recebeu informações da Secretaria de Habitação, sobre as invasões no Distrito Federal e, até a próxima quarta-feira, vai notificar os administradores regionais para que resolvam o problema. Eles poderão ser multados em até R\$ 5 mil por dia. As multas não serão aplicadas às administrações, mas aos próprios administradores, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos.

A iniciativa do Ministério Público anima as cooperativas habitacionais que tiveram autorização do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab), no governo Cristovam Buarque, para iniciar obras - impedidas por invasores depois das eleições. "Os invasores nos expulsaram das

áreas. Estou sendo até ameaçado de morte", afirma o presidente do Movimento Sem-Moradia, Galdino Carioca. O MS-Moradia tem 23 lotes invadidos na quadra 601 de Samambaia, uma das invasões mais violentas do DF.

Na semana passada, o promotor de Justiça Paulo José Leite Farias pediu ao governo informações sobre as áreas públicas ocupadas irregularmente. Ele estava substituindo o promotor de Defesa da Ordem Urbanística, Wilton Queiroz de Lima, que retomou a função ontem. Queiroz disse que os administradores serão notificados e obrigados a solucionar o problema.

Se o requerimento não for atendido, o Ministério Público vai ajuizar ação em uma das varas da Fazenda Pública, requerendo à Justiça que determine às administrações o cumprimento da lei. "Os administradores podem ser multa-

dos pelo juiz, de R\$ 2.500,00 até R\$ 5.000,00 por dia, conforme o artigo 121 da Lei 8.112 (Estatuto dos Servidores Públicos). Segundo a lei, os servidores que causarem prejuízo ao erário ou a terceiros devem responder civilmente", afirma Wilton Queiroz.

Segundo o promotor, os dirigentes de outros órgãos públicos encarregados da ordem urbana, como o Serviço Integrado de Vigilância do Solo (SivSolo), também poderão ser responsabilizados. Wilton Queiroz recebeu, ontem, do gabinete da Procuradoria Geral do Ministério Público, as informações prestadas pela Secretaria de Habitação.

MILÍCIA SEM-TETO

Enquanto as soluções não chegam, as invasões continuam crescendo. Na Q 601 de Samambaia, os invasores estão transformando os barracos de madeirite em casas de alvenaria. E, para trabalharem em paz, organizaram uma espécie de milícia. Ontem, pela segunda vez, os repórteres do **Correio Brasileiro** foram ameaçados na quadra.

"O que vocês querem? Tão tirando fotografia? Vamos quebrar isso!", berrou um homem, que saiu

do meio das obras. Em segundos estava acompanhado por outros, que saltaram das casas e correram em direção ao carro do jornal. Os jornalistas tiveram que abandonar o local sem conseguir conversar com ninguém.

O presidente do MS-Moradia diz que três vezes já sofreu ameaças na Q 601. "A situação está ficando caótica. Já pedimos várias audiências ao governo. Queremos discutir o problema, mas até agora não fomos recebidos", lamenta Galdino Carioca.

"O governo precisa ser mais enérgico", enfatiza o diretor do Movimento Sem-Teto, Francisco Dorian. Ele fez questão de dizer que é "solidário à política habitacional", mas pediu providências na Secretaria de Habitação e não conseguiu nada além de uma promessa. "A chefia de gabinete nos pediu mais 15 dias de prazo para uma resposta." No próximo domingo, ele pretende reunir 3 mil associados no Riacho Fundo II, para discutir o as-

sunto.

O presidente do Fórum de Habitação, Léo Rezende, diz que 175 cooperativas, associações e sindicatos foram habilitados pelo Idhab no governo anterior. "E 98 chegaram a assinar convênio e tiveram áreas designadas para construir. Dessas 98, cerca de 30% estão com as áreas invadidas."

Léo Rezende resalta que esses cooperados - aproximadamente 2 mil famílias - têm cartas de convocação do Idhab para abertura do processo final de habilitação. "Essas cartas têm validade de 30 dias. Com a suspensão de aten-

dimento ao público pelo Idhab, por 60 dias, como foi divulgado no último dia 18, os documentos não valerão mais nada. Enquanto isto, nossos lotes são invadidos e o governo nada faz para impedir."

PASSAR PENTE-FINO

O presidente do Fórum da Habitação pretende reunir representantes das 175 cooperativas, asso-

ciações e sindicatos hoje à noite, na Associação dos Servidores da SAB, na 712/912 Sul. "Vamos discutir o quê fazer", diz Léo. Segundo ele, uma das propostas é que o cooperados reúnam-se com promotores do Ministério Público para que as ações judiciais sejam discutidas com a comunidade. O Fórum também quer o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (-OAB/DF) para assessoria jurídica em ações judiciais para desocupação das invasões.

Mas para tomar decisões, o governo quer primeiro passar um pente-fino nas cooperativas para saber se houve irregularidades na distribuição de lotes. A operação deverá começar na próxima semana. Além de checar denúncias de falcaturas, o governo quer traçar o perfil de todas as associações e cooperativas.

"Queremos conhecê-las antes de tudo. Saber por que foram criadas, quantos lotes distribuíram. Não temos ainda o controle sobre nada disso", diz João Carlos de Medeiros, presidente do Idhab. "Se ficar comprovada má-fé, vamos pedir a abertura de inquérito policial", afirma.

